

Moreira Moritz



Demonstração em Brasília ilustra necessidade de iniciativas para evitar que menores continuem sendo explorados

Um dia de combate ao abuso sexual de crianças

Manifestação na Esplanada dos Ministérios marcou o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Documento lançado pelo Ministério da Saúde reconhece que vida sexual dos jovens merece atenção do poder públi-

co. Crianças e adolescentes entregaram à deputada Maria do Rosário abaixo-assinado pedindo urgência na votação de projetos que estabelecem punições mais rígidas para crimes sexuais. Essas ações contaram com o apoio da senadora Patrícia Saboya. **Página 2**

Comissão aprova embaixadores para Bolívia e Coreia

A Comissão de Relações Exteriores aprovou ontem a indicação do novo embaixador brasileiro em La Paz, Frederico Cezar de Araújo.

A decisão ocorreu 17 dias depois de o governo boliviano nacionalizar as reservas de gás. Também foi acolhido o nome da nova embaixado-

ra na Coreia do Sul, Celina Maria Valle Pereira. Ela disse que a cooperação em ciência e tecnologia deverá ser prioridade. **Página 7**



Roberto Saturnino (entre Celina Maria e Frederico Cezar) preside reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CPI poderá investigar Sanguessuga

Requerimento para criar comissão é assinado por 259 parlamentares

As denúncias que envolvem empresários e parlamentares na compra de ambulâncias superfaturadas podem ser apuradas pelo Congresso. Requerimento nesse sentido, com assinaturas de 30 senadores e 229 deputados, foi entregue ontem ao presidente em exercício do Senado, Tião Viana. O senador informou que na segunda-feira encaminhará o documento ao presidente do Congresso, Renan Calheiros, que se encontra em viagem internacional. **Página 3**



Tião Viana (entre Raul Jungmann e Heloísa Helena) recebe o requerimento

Orçamento acolhe mudanças no Plano Plurianual

Projeto que visa compatibilizar o Plano Plurianual (PPA) com os gastos previstos no Orçamento deste ano foi aprovado pela Comissão Mista de Orçamento. Uma das alterações é a previsão de R\$ 500 milhões para o Fundeb em 2006. **Página 8**

Receitas de senadores para atacar o crime

A onda de violência que vem abalando São Paulo foi debatida em Plenário por Demostenes Torres, Jefferson Péres, Pedro Simon, Heloísa Helena, Romeu Tuma, Ramez Tebet, José Maranhão, Cristovam Buarque e Idelii Salvatti. **Páginas 4 a 6**

Geraldo Magalhães

No Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, manifestação cobra aprovação pela Câmara de propostas apresentadas por CPMI

Jovens pedem maior rigor na punição de abusos sexuais

A senadora Patrícia Saboya (PSB-CE) participou ontem, na Esplanada dos Ministérios, de manifestação pelo Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Patrícia assistiu também ao lançamento, no Ministério da Justiça, do Marco Teórico Referencial da Saúde Sexual e Reprodutiva do Jovem e do Adolescente, texto no qual o Ministério da Saúde reconhece que a vida sexual dos jovens merece atenção do poder público.

Dirigido aos gestores da área de saúde e de políticas públicas para a adolescência e a juventude, o documento pretende auxiliar os jovens a usufruir os seus direitos sexuais e reprodutivos com responsabilidade. A senadora disse que essa foi uma das iniciativas mais importantes do governo na campanha. Ela ressaltou que o adolescente tem direito à educação sexual, numa visão aberta, não moralista, mas protetora.

Para defender os adolescentes, segundo Patrícia, o governo precisa avançar mais com iniciativas públicas ousadas e criativas também no combate ao tráfico de drogas e à criminalidade. A campanha contra a violência é uma tarefa que envolve a sociedade, o governo e o Congresso, argumentou a senadora.

Ainda ontem, crianças e adolescentes entregaram um abaixo-assinado à deputada Maria do



Ao participar do ato público, Patrícia ressaltou que projetos mudam Código Penal e ECA

Rosário (PT-RS), coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente na Câmara. O documento pede urgência nas votações de projetos de lei que tramitam na Câmara dos Deputados e que tornam mais rígidas as punições a crimes sexuais praticados contra a população infanto-juvenil.

Conforme Patrícia, os projetos foram apresentados após o término dos trabalhos da CPI Mista da

Exploração Sexual e elaborados em consenso com as entidades civis, a comissão intersetorial do governo federal e a frente parlamentar. Patrícia, que é coordenadora da frente no Senado, disse que as propostas promovem mudanças no Código de Processo Penal e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Dos cinco projetos, três já foram aprovados pelo Senado e aguardam apreciação da Câmara.

Antonio Carlos anuncia apoio a policiais rodoviários federais

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) anunciou ontem, em discurso no Plenário, apoio aos policiais rodoviários federais, prometendo empenhar-se pela criação de um plano de carreira para a categoria. O parlamentar destacou o segundo parágrafo do artigo 144 da Constituição, que caracteriza a Polícia Rodoviária Federal (PRF) como um órgão permanente, “estruturado em carreira”.

– É uma vergonha que uma instituição com 77 anos de criação não tenha ainda seu plano de carreira – lamentou.

Antonio Carlos afirmou que passará a integrar a frente parlamentar em defesa da PRF e disse que ajudará o próximo governo a



Antonio Carlos Magalhães promete lutar por um plano de carreira para a categoria

organizar o plano de carreira do órgão, caso o atual não o faça.

O senador ainda comparou o tratamento dado pelo governo a todas as categorias de policiais à forma como são tratadas as rodovias federais. Para Antonio Carlos, são dois casos de “abandono total”.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Sessão destinada a pronunciamentos

A sessão de hoje está marcada para as 9h. Ela é destinada a debates de senadores, avisos de lideranças e da Mesa, entre outros. Não há votação de projetos. Nos discursos, os parlamentares devem continuar a comentar a crise de segurança pública deflagrada pelos ataques da organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) em São Paulo.

Rádio Senado discute segurança pública

Na segunda-feira, às 12h, a Rádio Senado apresenta a *Conexão Senado*, programa de debates ao vivo. O tema escolhido para essa edição é segurança pública, em razão da crise em São Paulo. O programa irá discutir a expectativa do cidadão diante do episódio e a eficácia das propostas apresentadas pelo Congresso Nacional.

Lisboa em exposição

Até 1º de junho, a Senado Galeria mostra a exposição *Lisboa em X, em Y, em Z*, do artista Cristiano Mascaro. São apresentados painéis fotográficos em preto-e-branco sobre a capital lusitana nos dias atuais.

Ao alcance do cidadão

Com o Alô Senado, o cidadão pode se informar sobre propostas em tramitação na Casa. Basta ligar, das 8h às 20h, nos dias úteis, para o 0800 612210, ou utilizar o correio eletrônico alosenado@senado.gov.br.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich e Silvia Gomide (interrina) (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - *E-mail:* jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - *Fax:* (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Tião Viana, Alvaro Dias, Juvêncio da Fonseca, Romeu Tuma, Gilvam Borges, César Borges, Arthur Virgílio, Eduardo Suplicy e Pedro Simon

CPI dos Bingos ouve Delúbio Soares na próxima terça-feira

O ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares prestará depoimento na CPI dos Bingos na próxima terça-feira, a partir das 11h. Uma das figuras centrais do escândalo do mensalão, Delúbio entrou na pauta do colegiado no ano passado, quando a revista *Veja* divulgou reportagem sobre a suposta utilização de dólares vindos de Cuba na campanha do presidente Lula, em 2002, por meio de caixa dois.

Na mesma reunião devem ser votados os requerimentos que pedem a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de Delúbio e de Sílvio Pereira, ex-secretário-geral do PT, e o que visa convocar o banqueiro Daniel Dantas, do Banco Opportunity. Os senadores querem ouvir Dantas a respeito de suposta chantagem a que ele teria sido submetido pelo PT, e sobre uma lista com nomes de autoridades que teriam contas em paraísos fiscais.

STF impede quebra de sigilo de Roberto Kurzweil

O ministro Cezar Peluso, do Supremo Tribunal Federal (STF), deferiu, na quarta-feira, liminar requerida em mandado de segurança para impedir que a CPI dos Bingos quebre os sigilos bancário, fiscal e telefônico do empresário Roberto Carlos Kurzweil. Ele é proprietário da empresa que alugou um carro para o suposto transporte de dólares de Cuba, que teriam abastecido o caixa dois do Partido dos Trabalhadores nas eleições de 2002. Também teria ligações com casas de bingo.

Segundo informações do STF, a decisão de Peluso suspende, até o julgamento do mérito do mandado de segurança, o requerimento do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) que solicitava a quebra dos sigilos do empresário, aprovada no último mês de janeiro pelos parlamentares.



Moreira Mariz

Parlamentares entregam ao presidente em exercício do Senado requerimento solicitando comissão de inquérito para investigar esquema revelado por operação da Polícia Federal

CPI mista pode apurar desvios de recursos da saúde pública

Um grupo de parlamentares entregou ao presidente em exercício do Congresso Nacional, senador Tião Viana (PT-AC), requerimento solicitando a instalação de uma comissão parlamentar mista de inquérito para investigar o chamado esquema das sanguessugas, revelado por operação da Polícia Federal. O requerimento conta com 30 assinaturas de senadores (o mínimo seria de 27) e 229 de deputados (exige-se o mínimo de 171).

Segundo Viana, o documento será repassado a Renan Calheiros – a quem compete decidir sobre o encaminhamento regimental que será dado à matéria – na próxima segunda-feira.

Há um processo de vigília ética dos deputados que apresentaram o pedido. Há o interesse em defender a instituição Câmara e que, de certo modo, também atinge o Senado. Portanto, merece uma resposta do Poder Legislativo. Nós temos que ter a coragem de enfrentar os denunciados culpados e de defender os



Gerardo Magela

Viana recebe requerimento de deputados e senadores que solicitam criação da CPI

denunciados inocentes.

O deputado Raul Jungmann (PPS-PE), que liderava o grupo de parlamentares, afirmou que o Congresso não pode fugir à obrigação de julgar e punir quem desviou recursos da saúde.

– Esse é um ato de resistência e de luta contra o descrédito. Se nós baixarmos os braços e não lutarmos, aí o estado do medo do Marcola [traficante Marcos Camacho, líder da organização criminosa Primeiro Comando da Capital] ou o estado da corrupção das sanguessugas vai triunfar. É

verdade que os resultados que estão aí não nos animam, mas nós temos o dever, até o último dia do mandato, de lutar para que a verdade prevaleça – frisou.

O deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) disse que nunca duvidou de que fosse possível fazer uma CPI com resultados práticos.

– Eu acho que nós podemos fazer uma CPI pouco retórica, mais técnica, mais voltada para esclarecer. E acho essencial que seja em ano de eleição, porque nós temos que explicar para o eleitor quem é quem.

Almeida Lima apresenta novo pedido para CPI

O senador Almeida Lima (PMDB-SE) encaminhou à Mesa do Senado novo requerimento de criação de comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apurar as ligações financeiras do presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Paulo Okamoto, com o presidente Lula.

A CPI seria composta por dez titulares e seis suplentes e teria prazo de 60 dias para apresentar relatório final. Almeida Lima informou que já recolheu 41 assinaturas – seriam necessárias 27. Ou seja, conseguiu a adesão da maioria absoluta dos

senadores.

Autor de requerimento de CPI, praticamente nos mesmos termos há um mês, Almeida Lima teve seu pedido anterior arquivado por falta de fato determinado: o requerimento trazia cinco pontos diferentes de investigação. Entre eles, esclarecimentos sobre a violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa, circunstância que levou à demissão do então ministro da Fazenda, Antonio Palocci.

Ao justificar a proposição, o senador enfatizou que a nova CPI teria a finalidade de apurar apenas um fato determinado como exige



Moreira Mariz

Almeida Lima quer apurar ligação de Okamoto com o presidente Lula

a Constituição: o pagamento de despesas pessoais de Lula por Okamoto, conforme o presidente do Sebrae já confessou em audiência na CPI dos Bingos.



Roosevelt Pinheiro

Amir Lando pede reconciliação com a verdade e fim da suspeita generalizada

Lando diz que não favoreceu o BMG quando foi ministro

Amir Lando (PMDB-RO) sugeriu que o país realize “uma reconciliação com a verdade”, de modo que não se veja, “em cada ato, um ato fora da lei”.

O senador fez um histórico de sua gestão como ministro da Previdência Social, para dizer que agiu de forma a proteger os beneficiários do sistema e resguardá-los das possibilidades de fraudes. Amir Lando reagiu, sobretudo, a denúncias de que o programa de crédito consignado (desconto em folha) do governo visou beneficiar o Banco BMG.

Ele assegurou que o banco aderiu ao crédito consignado com mais de 40 instituições, sem nenhum privilégio. Segundo publicou a revista *IstoÉ*, no dia 3 de maio, Lando procurou por iniciativa própria o procurador-geral da República, Antônio Fernando de Souza. Informalmente, teria revelado como se concretizou um esquema arquitetado pelo publicitário Marcos Valério para irrigar com R\$ 1 bilhão os projetos de poder do PT. De acordo com a revista, tratava-se do projeto que garantiu ao BMG vantagens no programa de crédito consignado. O objetivo de abrir o programa a instituições que não fazem o pagamento de benefícios teria sido aumentar a concorrência e, por conseguinte, as taxas de juros e de abertura de crédito.

– Se alguém se beneficiou do programa foi no correr da carruagem, mas não houve intenção da nossa parte de favorecer qualquer banco – afirmou Lando, que recebeu apoio da líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC).

Marco Maciel cobra recursos para zoneamento ecológico da caatinga

Marco Maciel (PFL-PE) – foto – pediu que o governo federal libere os recursos necessários para concluir o zoneamento ecológico e econômico do ecossistema da caatinga, em Pernambuco, que foi iniciado no governo anterior. De acordo com o senador, são ne-

cessários R\$ 2,2 milhões, sendo que o governo do estado poderia participar com 10% do valor.

– Esse estudo é importante para a preservação do bioma da caatinga, que corre risco de desertificação – alertou.

Maciel informou que a primei-

ra fase do projeto, que visa estudar e reunir informações sobre o ecossistema, já foi concluída, e que a metodologia adotada “teve aceitação internacional” e vem sendo utilizada em estudos semelhantes em outros locais.

O senador também solicitou

recursos para projetos destinados à revitalização da Bacia do São Francisco e para programas de irrigação em Pernambuco. Maciel afirmou que, neste governo, nenhum hectare foi irrigado no estado com recursos federais.



Instituição de uma política nacional de segurança pública é a principal sugestão do debate em Plenário sobre a violência que assusta o país

Tuma: polícia respeitada na rua é base da segurança

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) lembrou ontem que a chamada “legislação do pânico” é composta por iniciativas do Legislativo e do governo em resposta às execuções de juízes, promotores e diretores de presídio, que ocorrem há anos. Ele afirmou que “a base da segurança pública é criminoso na cadeia e polícia respeitada nas ruas” e que as medidas que estão sendo aprovadas pelo Congresso Nacional só valerão se os Poderes Executivo e Judiciário não truncarem a sua eficácia por meio de vetos ou de benevolência judicial.

– Oxalá se produza algum resultado concreto, porque já existem projetos de lei no Congresso para tudo que se imagine em consequência daqueles atentados. Por exemplo, minha proposta para tipificar como crime a introdução de telefones celulares nos presídios está parada desde outubro do ano passado – reclamou.

Tuma também assinalou que outras propostas suas já aprovadas há anos pelo Senado “continuam adormecidas” na Câmara dos Deputados. O senador criticou a “enxurrada de regalias penais” e classificou-as como a maior fonte de impunidade e incentivo à criminalidade.



Tuma espera que crise produza resultados concretos na mudança das leis

Errata

Na edição de terça-feira, o **Jornal do Senado** publicou matéria intitulada “Senado quer tornar suas instalações mais acessíveis a deficientes”. O texto relata reunião de duas comissões de funcionários da Casa com especialistas para discutir ações de inclusão das pessoas deficientes. Mas, ao contrário do que afirma o texto, a aquisição de triciclos motorizados foi uma iniciativa da Comissão Especial de Acessibilidade.

Para acabar com tráfico, Jefferson quer debater legalização da droga

A realização de debate amplo na sociedade sobre a legalização da venda de drogas como possível forma de extinguir o narcotráfico foi defendida ontem por Jefferson Péres (PDT-AM). O senador argumentou que isso poderia ser a única forma de eliminar a atividade dos narcotraficantes e acabar com a violência.

– Enquanto houver consumo de drogas, haverá o tráfico. E consumo haverá sempre – observou.

Apesar de dizer que não sabe se o Estado pode privar um adulto de decidir o que fazer, impedindo-o de comprar drogas, Jefferson esclareceu que tal medida só poderia ser tomada caso envolvesse vários países. Do contrário, poderia ser criado no Brasil um “narcoturismo”, fazendo vir ao país pessoas interessadas em comprar drogas legalmente.



Jefferson propõe envolver no debate população, meio acadêmico e políticos

Heloísa Helena (PSOL-AL) observou que o Brasil, sendo o único mercado livre para tais produtos, poderia ser fartamente abastecido pelos produtores, o que faria o preço cair e, diante da ausência de programas de prevenção, levaria a um grande aumento do consumo.

Eduardo Suplicy (PT-SP)

Fotos: Roosevelt Pinheiro

apoiou a idéia do debate e disse não ter opinião completamente formada sobre o assunto.

Investimento

Jefferson Péres analisou as causas da violência no Brasil, ressaltando a necessidade de realizar investimentos sociais concomitantemente ao desenvolvimento de uma política nacional de segurança pública.

Em aparte, Sibá Machado (PT-AC) se disse impressionado com os números do crime organizado. Segundo ele, João Archanjo Ribeiro, o Comendador, acusado de comandar organização criminosa, teria afirmado que dirigia um orçamento de R\$ 500 milhões. Arthur Virgílio (PSDB-AM) opinou que a briga de empurrar sobre quem seriam os culpados pelo crime organizado só fortalece os criminosos.

Tebet recomenda menos discurso e mais ação contra crise de segurança

Ao analisar a questão da segurança pública, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que é hora de o governo parar de discursar e agir. Condenou as críticas do governo à aprovação de medidas de combate ao crime organizado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado e defendeu o Congresso que, segundo ele, está fazendo a sua parte, dentro de sua atribuição de fiscalizar as ações do Executivo e elaborar leis.

– Antes agir sob impacto emocional e sob pressão da comoção do povo do que não fazer nada. O governo se limita a discursar e esquece que, entre 2004 e 2005, o Fundo de Segurança Pública teve seus recursos contingenciados em 28%, o Fundo Penitenciário Nacional perdeu R\$ 55 milhões e a Polícia Federal deixou de receber, em 2005, R\$ 8 milhões.

Tebet também pediu recursos para a construção de novos presídios em Mato Grosso do Sul “ou,



Tebet afirma que Congresso faz sua parte contra a violência, mas o governo não

pelo menos, para reconstrução dos que foram depredados pelos presos”. O senador recebeu apartes de Sibá Machado (PT-AC), Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS) e Antônio João (PTB-MS).

Maranhão diz que a sociedade pode confiar no Congresso

O senador José Maranhão (PMDB-PB) elogiou o Congresso pela aprovação de vários projetos de lei visando o combate à criminalidade e lamentou “a perda de credibilidade do sistema judiciário”, causada, em sua opinião, pela precariedade dos presídios e pela ineficiência na investigação e no julgamento dos processos criminais.



Maranhão: “Sociedade pode contar com o Congresso para combater violência”

Maranhão garantiu que a sociedade pode contar com o Congresso para auxiliar no combate à violência no país, mas alertou para a necessidade de não se tratar a crise de segurança em

São Paulo de maneira política, nem se atribuir toda a responsabilidade a um governo.

– Não posso admitir que essa crise seja tomada como um instrumento de promoção político-partidária de quem quer que seja. Dizer que o que aconteceu agora no estado de São Paulo é responsabilidade do PSDB não é honesto. Essa questão é crônica da vida nacional – disse.

O senador prestou ainda homenagem aos defensores públicos pela passagem de seu dia, comemorado na última sexta-feira.



Heloísa sugere mecanismos que impeçam relação do Estado com crime organizado

Heloísa apresenta propostas contra a criminalidade

Ao comentar a onda de violência que atingiu principalmente o estado de São Paulo, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) apresentou uma série de propostas para combater a criminalidade e as ações do narcotráfico, como o controle de todas as fronteiras; a identificação de “relações de simbiose” do narcotráfico com outras atividades ilegais e o controle dos laboratórios que lidam com matérias-primas utilizadas na fabricação de drogas sintéticas.

Heloísa sugeriu ainda a implantação de um sistema único de segurança pública que permita a utilização de alta tecnologia e cadastros unificados, mecanismos de controle de gestão pública que impeçam a promiscuidade do Estado com o crime organizado, além de capacitação, condições de trabalho e salários dignos para os policiais e um programa eficaz de proteção a vítimas e testemunhas.

Além disso, a senadora frisou que “é essencial impedir, no sistema prisional, a violação da dignidade dos presos, para evitar que eles sejam protegidos e treinados por facções criminosas”. Para que isso se torne realidade, afirmou, é necessário lhes garantir escolaridade, capacitação profissional, inserção em atividades produtivas e correta classificação dos presos por crime e grau de periculosidade.

Heloísa declarou ainda que nem o atual governo federal, nem o anterior, “têm autoridade para condenar ou repassar responsabilidades sobre a questão da violência”.

– O atual governo federal reduziu em mais de 48% os repasses destinados ao sistema penitenciário – ressaltou ela.



Autor de parte do pacote antiviolença, Demostenes Torres diz que, se o governo quiser, medidas podem ser implantadas em 15 dias

Combate à violência não pode esperar

Uma reforma urgente no Código de Processo Penal e no Código de Processo Civil é defendida pelo senador Demostenes Torres (PFL-GO), em entrevista à Agência Senado. “Se designarmos uma comissão para discutir essa questão no Senado, eu garanto que em dois ou três meses podemos oferecer um Código de Processo Penal de que o brasileiro vai se orgulhar”, disse, manifestando-se a favor de medidas mais eficazes de ressocialização dos detentos.

Autor de quatro dos 11 projetos de lei que formam o pacote contra a violência aprovado na quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e relator de seis dos sete restantes, Demostenes sugere a escola em tempo integral como forma de combate à criminalidade, mas critica o presidente Luiz Inácio Lula da Silva por dizer que não quer investir em presídio, mas em educação.

– Essa é uma linguagem de horóscopo, pois quem é que não quer investir em educação? – pergunta, observando que o discurso pela educação angaria mais votos.

A grande maioria das quase oito dezenas de proposições apresentadas no Senado por esse goiano de Anicuns versa sobre segurança, com ênfase nos direitos Penal e Processual Penal, áreas em que se especializou ao longo da sua carreira como procurador de Justiça, promotor e secretário de Segurança, em Goiás.

Em seu primeiro mandato no Senado, Demostenes é candidato ao governo de Goiás, mas não acha que a campanha possa impedir a votação das matérias aprovadas na CCJ. Entretanto, segundo ele, é preciso que os presidentes do Senado e da Câmara imponham sua autoridade, conclamando os parlamentares para as votações. Para ele, o governo, se quiser, pode implantar o pacote contra violência “em 15 dias”.

Veja os principais pontos da entrevista à Agência Senado.

Várias medidas emergenciais para combater a criminalidade no país foram aprovadas nesse pacote. O que o senhor acha que está faltando aprovar?



Para Demostenes, faltam leis para definir crime organizado e combater tráfico de drogas

– Falta uma lei eficiente que defina o que é crime organizado e outra legislação para tratar o tráfico de drogas no Brasil como um problema realmente prioritário, um problema inclusive de segurança nacional. O tráfico de drogas corrompe grande parte da juventude. É preciso que sejam tomadas medidas preventivas e repressivas duras quanto a isso.

E qual a situação desses projetos, hoje, na Casa?

– Conversei com o senador Antonio Carlos Magalhães (presidente da CCJ) para que possamos iniciar a discussão e a votação desses projetos já na próxima semana, para ajudar no combate a esses dois tipos de crimes no Brasil. O crime organizado e o tráfico de drogas são terríveis e talvez sejam o que mais afeta hoje o cidadão brasileiro.

Numa das últimas reuniões da CCJ, discutiu-se bastante a questão da ressocialização do preso. O Senado pretende apresentar alguma proposta nesse sentido?

– A Lei de Execuções Penais já prevê que pode haver uma terceirização dos serviços dentro dos presídios. O Estado pode fazer convênios com a iniciativa privada para criar oficinas de trabalho, presídios industriais e presídios agropecuários. Não há a necessidade de se criar uma nova lei ou modificar a existente. Precisamos é que o governo federal e também os governos estaduais tomem providências para construir esses locais. Está provado que isso pode ser feito sem grandes dispêndios.

Há duas medidas que ajudam muito no combate à criminalidade: a escola em tempo integral, como uma boa medida preventiva, e, para quem já está

preso, a recuperação pelo trabalho. Não se trata de obrigar a trabalhar, mas sim de dar oportunidade ao preso para que possa produzir e obter, com isso, também uma remição da pena, além de ter condições para sustentar sua família e indenizar a família da vítima. Essa é uma situação necessária.

O senhor disse que já há legislação para isso,

só faltando realmente implantar esses programas. O Senado pode fazer alguma coisa nesse sentido ou interferir de alguma forma para que a legislação possa ser cumprida?

– O Estado tem que cumprir a lei. Pode ser que o Ministério Público obrigue o Estado a tomar essa providência. Há uma outra medida que talvez seja eficiente também do ponto de vista da recuperação do preso que está deixando o presídio. Apresentamos uma proposta que foi aprovada no Senado, mas o governo derrubou na Câmara dos Deputados, e eu pretendo reapresentá-la. Trata-se de obrigar as empresas que negociam com o governo – em nível federal, estadual ou municipal – a destinarem um por cento das suas vagas para egressos do sistema penal.

Como o senhor espera que o pacote contra a violência seja votado na Câmara, em termos de agilidade?

– O senador Renan Calheiros (presidente do Senado) conversou muito com o presidente da Câmara (Aldo Rebelo) para que ele dê prioridade a essas medidas. Se o presidente da Câmara entender que deve votar rapidamente, ele consegue fazer. Agora, se for ouvir os conselhos do governo, será muito difícil, porque o governo realmente não tem qualquer vontade de fazer essa modificação, por uma simples questão de filosofia.

É como disse o próprio presidente Lula: ele não quer investir em cadeia, em segurança no presídio ou em isolamento. Ele quer investir em educação. Só

que essa é uma linguagem de horóscopo, pois quem é que não quer investir em educação? Por que ele não quer investir mais em segurança? Porque ele acha que com esse discurso de educação pode angariar mais votos. No Brasil, nós temos demagogos demais.

Há um outro problema grave na Justiça, que é a lentidão no julgamento dos processos. Esse tem sido, também, um dos motivos para as rebeliões. O que o Senado pode fazer quanto a isso?

– O Senado tem de fazer uma reforma urgente no Código de Processo Penal. Há quase quatro anos o ministro Márcio Thomaz Bastos (da Justiça) diz que vai apresentar projetos para agilizar o Código de Processo Penal, o Código de Processo Civil, o andamento do Judiciário e dar mais força ao juiz de primeiro grau, mas isso continua na carta de intenções. Se designarmos uma comissão para discutir essa questão no Senado, eu garanto que em dois ou três meses podemos oferecer um Código de

Processo Penal de que o brasileiro vai se orgulhar.

E o que está faltando para a implantação dessa comissão?

– Está faltando vontade política. Porque aí teria que

ser designado um grupo de parlamentares para trabalhar exclusivamente em cima desse tema. Se não houver essa designação, fica impossível, porque vamos sempre tomar medidas paliativas e pontuais em vez de uma reforma geral, que é imprescindível, já que um dos graves problemas hoje, no país, é a falta de agilidade da Justiça.

Se tudo der certo, em quanto tempo o senhor acha que esse pacote de medidas contra a violência pode ser implantado no país?

– Se o governo quiser, pode fazer isso em 15 dias. Isso depende dele. Agora, se não quiser, pode fazer como fez em outros projetos: enfiar dentro da gaveta e daqui a cinco anos estaremos discutindo a mesma coisa.



A idéia de Simon é adotar no Brasil o que já fizeram vários países da Europa

Simon sugere que Ministério Público dirija investigação

Proposta de emenda à Constituição apresentada pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS) altera as funções institucionais do Ministério Público para dar ao órgão a incumbência de, além de exercer o controle externo da atividade policial, direcionar a investigação criminal, com o auxílio dos órgãos da polícia judiciária.

Atualmente, a Constituição prevê apenas o controle externo dessa atividade pelo Ministério Público, sem mencionar a quem cabe o “direcionamento da investigação criminal”. A proposta (PEC 20/06) aguarda relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, onde será votada antes de ser submetida ao Plenário.

Simon afirma que as reformas legislativas efetuadas na Itália, em Portugal e na Espanha deixaram a fase investigatória do crime sob a direção do Ministério Público, acompanhando as modernas democracias ocidentais, como a Alemanha, os Estados Unidos e a França, com resultados imediatos, conforme se verificou com o êxito da Operação Mãos Limpas, que desvendou as conexões entre a Máfia e o poder público.

“O autor da ação penal, que é o Ministério Público, deve direcionar a colheita da prova que será apresentada em juízo, com a presença das partes, garantindo-se, desse modo, a eficácia da persecução penal e os direitos individuais dos acusados”, argumenta o senador.

De acordo com Simon, o sistema inquisitorial atualmente adotado no Brasil caracteriza-se pela morosidade, em razão de repetir, em juízo, tudo o que foi feito no inquérito policial.



Líder no Senado anuncia que PT não entrará com recurso para que propostas sejam levadas a exame do Plenário

Ideli: PT deixará que sigam para a Câmara projetos contra violência

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), confirmou ontem que seu partido não entrará com recurso para levar a Plenário alguns dos projetos do chamado “pacote antiviolência” aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Casa. Dessa forma, um total de 11 projetos de lei originados no Senado poderão ser enviados diretamente à Câmara dos Deputados para apreciação. Será lá que o PT deverá apresentar suas restrições e sugestões de alteração para essas propostas.

Ideli declarou que a assessoria de seu partido analisou os projetos, e que dessa avaliação surgiram preocupações com três deles: o PLS 140/05, que visa disciplinar a reparação de dano decorrente da prática de infração



Ideli Salvatti: partido vai apresentar sugestões de mudanças a deputados

penal; o PLS 474/03, que aumenta os prazos prescricionais para diversos crimes; e o PLS 179/05, que institui o Regime Disciplinar Diferenciado de Segurança Máxima. Sobre esse último, a senadora disse que a respectiva lei poderia encontrar problemas para sua

aplicação porque ainda não existe uma tipificação para organização criminosa.

Ideli anunciou ainda que protocolou, junto com Fátima Cleide (PT-RO) e Sibá Machado (PT-AC), requerimento para que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) envie um grupo de senadores ao estado de São Paulo para acompanhar a situação.

Segundo a líder do PT no Senado, esse grupo irá monitorar os procedimentos adotados para a proteção policial dos familiares de policiais assassinados ou feridos nos últimos dias e também acompanhará a identificação dos mortos suspeitos de participação nos atentados – verificando as condições em que morreram – e a situação dos presídios.

Cristovam sugere medidas “duras e imediatas”

Cristovam Buarque (PDT-DF) pregou a adoção de medidas “duras e imediatas” para o combate ao crime, principalmente na sua mais nova modalidade, a criminalidade terrorista, que está se manifestando nos ataques do Primeiro Comando da Capital (PCC) às forças policiais de São Paulo. O combate à criminalidade a longo prazo deve ser feito por meio de amplo e eficiente programa educacional, na opinião do senador.

– Não é por ser analfabeto que alguém se torna criminoso, mas



Para Cristovam, “não é por ser analfabeto que alguém se torna criminoso”

por estar marginalizado e sem emprego e, portanto, sujeito ao assédio dos criminosos.

O senador explicou que, além de prender bandidos, é preciso amplo leque de medidas saneadoras do sistema de segurança: criação de um ministério da segurança interna; afastamento por 60 dias de todos os funcionários do sistema penitenciário para averiguação de comprometimento com os bandidos; criação do serviço militar obrigatório com fins pacíficos e educativos; reorganização dos planos de cargos e salários dos policiais militares; e movimentação dos policiais militares entre estados.

Juvêncio critica “leniência” do governo

Os produtores rurais, que fazem com que gire a máquina financeira do país, estão sendo massacrados pela “leniência” do governo, segundo Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS). Ele lamentou que os protestos realizados pelos agricultores em todo o país nesta semana não tenham tido a ressonância desejada devido à crise da segurança



“O que o povo deseja é produção com justiça social”, segundo Juvêncio

pública, e registrou que “o que o povo deseja é produção com justiça social”.

– O campo está em crise. Os produtores rurais, embora sendo os principais responsáveis

pela elevação do superávit da balança comercial, contribuindo para a redução do risco Brasil, ficaram alijados do ganho e da renda, enfrentando prejuízos na comercialização. Isso acontece porque a maioria dos preços dos produtos agropecuários está abaixo do custo da produção.

Segundo Juvêncio, a perda de renda dos agricultores no ano passado foi de mais de R\$ 16 bilhões (redução do PIB do setor rural).

Juvêncio recebeu apoio de Ramez Tebet (PMDB-MS) e Antônio João (PTB-MS).

Agripino apóia indicação de José Jorge para vice de Alckmin

O PFL indicou o senador José Jorge (PE) como candidato a vice-presidente da República na chapa do ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin (PSDB). O líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), que também concorreu, disse que, embora desejasse a vitória, irá respeitar a decisão.

– Gostaria de ter ganho, mas o partido resolveu por um caminho diferente, que respeito e vou aplaudir. Pela minha história e pelo papel do meu partido, vou defender com unhas e dentes a unidade do PFL – anunciou.

Antes mesmo da definição do pleito, Agripino frisou ter acertado com José Jorge que quem ganhasse levava, e quem perdesse aceitava a decisão, “sem choro nem vela”. E foi essa a postura do líder pefelista ao agradecer os 45 votos recebidos (47% dos 96 votantes; 51 votaram em José Jorge). Agora, ele avisou que irá atuar com “ações efetivas, trabalho e coerência” em prol da unidade do partido e da campanha presidencial de Alckmin.

O líder do PSDB na Casa, Arthur Virgílio (AM), disse que a atitude de Agripino é “uma demonstração de espírito de apego à organização partidária”, e Tião Viana (PT-AC) destacou a “responsabilidade política” do senador.

Ideli Salvatti (PT-SC) considerou que a disputa denotou



José Agripino promete “defender com unhas e dentes a unidade do PFL”

“respeito e admiração” por parte dos correligionários. Eduardo Suplicy (PT-SP) cumprimentou o PFL pela indicação de José Jorge, e Heloísa Helena (PSOL-AL) registrou respeito e carinho por Agripino e sua família.

Os outros dois senadores pelo Rio Grande do Norte, Garibaldi Alves (PMDB) e Fernando Bezerra (PTB), ressaltaram a competência, integridade e honradez de Agripino. Marco Maciel (PFL-PE) destacou o alto nível da disputa. Sibá Machado (PT-AC) apontou a “excelente oposição” feita pelo líder pefelista.

Cristovam Buarque (PDT-DF) avaliou que Agripino e José Jorge saíram engrandecidos do processo. César Borges (PFL-BA) salientou a postura nobre de Agripino. Edison Lobão (PFL-MA) aplaudiu a ida de Agripino à tribuna. Pedro Simon (PMDB-RS) aderiu às manifestações.

Lula não cumpriu a missão da vida dele, afirma Arthur Virgílio

Comentando pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e matéria publicada pelo jornal *O Globo*, o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), afirmou ontem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não conseguiu cumprir a principal missão de sua vida. Ele se referia à declaração feita por Lula em 2003, por ocasião de sua posse, quando o presidente disse que, se até o final de seu mandato, todos os brasileiros tivessem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, teria cumprido a missão da sua vida.

– Lula fracassou e fracassou feio em sua promessa de que, ao final do seu mandato, todos os brasileiros teriam três refeições por dia. Não têm. Nem três por dia, nem de três em três dias.

Arthur Virgílio criticou o governo pela denominação dada ao Ministério de Combate à Fome e Segurança Alimentar. Em face de



Virgílio: “Lula fracassou na promessa de que todos teriam três refeições por dia”

declaração do ministro titular da pasta, Rômulo Paes, reconhecendo a impossibilidade de fixar data para a extinção da fome no Brasil, o senador sugeriu a mudança do nome do órgão.

O parlamentar citou dados da pesquisa do IBGE mostrando que no Nordeste 17% das crianças de zero a quatro anos vivem em domicílios em insegurança alimentar grave, nos quais pelo menos um de seus moradores havia passado fome nos três meses anteriores à pesquisa.

Voto de pesar pela morte do diplomata Álvaro Alencar

Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou, em conjunto com o presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Roberto Saturnino (PT-RJ), requerimento de voto de pesar pela morte do embaixador Álvaro Alencar, ocorrida na terça-feira, no Rio de Janeiro.

O senador lembrou que Alencar foi um dos diplomatas mais importantes de sua geração, tendo contribuído com o país principalmente nos campos comercial e financeiro. Destacou seu desempenho durante décadas no serviço público, tanto no Itamaraty como no Ministério da Fazenda.

Suplicy ressaltou ainda sua atuação junto ao ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, na defesa da posição brasileira em negociações comerciais e a colaboração para projeto, aprovado no Senado, que dá ao Brasil mandato em negociações multilaterais.



Aumento de tarifa em municípios do Espírito Santo é abusivo, diz Marcos Guerra

Marcos Guerra protesta contra reajuste de energia

Marcos Guerra (PSDB-ES) comentou em Plenário audiência que teve com o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Jerson Kelman, sobre o aumento na tarifa de energia cobrada em municípios do noroeste do Espírito Santo. O parlamentar considera o acréscimo abusivo e disse que a situação é preocupante pelo fato de essa região ser de baixo índice de desenvolvimento humano.

Segundo afirmou, o reajuste foi autorizado pela Aneel em fevereiro e teria representado aumento de até 100% no valor das contas pagas. Se o problema persistir, Marcos Guerra teme o deslocamento desses empreendimentos para regiões onde a energia elétrica tem custo menor.

– Quero acreditar que fomos prejudicados por um erro – frisou, informando que Jerson Kelman se comprometeu a estudar o caso.

Exame da mensagem estava suspenso desde o início do mês, devido à crise gerada com o anúncio da nacionalização das reservas de gás pelo governo de La Paz

Relações Exteriores aprova embaixador para a Bolívia

Dezessete dias depois da nacionalização das reservas bolivianas de gás, recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) a indicação do novo embaixador brasileiro em La Paz, Frederico César de Araújo. A votação da mensagem havia sido suspensa no início do mês, a pedido do relator da matéria, Arthur Virgílio (PSDB-AM), que aceitou apresentar parecer depois da audiência pública com o ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, e o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli.

O senador disse ter ficado satisfeito com as explicações de Rondeau e de Gabrielli. Na sua opinião, a Petrobras estaria “cumprindo seu dever” ao proteger os interesses do Brasil e dos acionistas. Além disso, observou Virgílio, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, teria concordado com algumas das críticas feitas pela oposição ao processo de nacionalização das reservas de gás na Bolívia.

– Será fundamental que o ministro Celso Amorim chegue a La Paz, em sua próxima viagem, levando como demonstração de boa vontade a aprovação, pela comissão, do nome do embaixador brasileiro – assinalou o senador.



Presidida por Saturnino (C), CRE acolhe indicações de Frederico Cezar e Celina Maria

O gesto de Virgílio foi elogiado pelo presidente da CRE, Roberto Saturnino (PT-RJ). Segundo ele, a aprovação do nome do novo embaixador poderá reforçar a posição do Brasil no processo de negociação com a Bolívia.

Atual embaixador brasileiro na Austrália, Frederico Cezar disse já ter identificado uma redução no “clima antagônico” do relacionamento bilateral nas semanas posteriores à decisão anunciada pelo presidente bolí-

viano Evo Morales. Ele observou que existem grupos de trabalho formados por técnicos dos dois países trabalhando em assuntos como a indenização pelos investimentos feitos na Bolívia pela Petrobras.

Durante a mesma reunião, foi acolhido requerimento de Heráclito Fortes (PFL-PI) e outros senadores de convite ao chefe da Assessoria Especial do Presidente da República, Marco Aurélio Garcia, para prestar esclarecimentos sobre a “crise” entre a Bolívia e o Brasil.

Indicada para a Coreia do Sul anuncia prioridades

A cooperação nas áreas de ciência e tecnologia deverá ser a prioridade do relacionamento do Brasil com a Coreia do Sul. O anúncio foi feito pela embaixadora designada para aquele país, Celina Maria Assumpção do Valle Pereira, cuja indicação recebeu parecer favorável de Marco Maciel (PFL-PE) na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Memorando de entendimento, disse ela, já foi negociado para a instalação, no Brasil, de centro de pesquisa conjunta em tecnologia da informação. Outra área de cooperação, adiantou a embaixadora, será a de energia, com ênfase para a utilização de etanol pelos coreanos.

Uma dificuldade no relacionamento bilateral, segundo Celina, está na agricultura, uma vez que

a Coreia seria “muito restritiva” no comércio de produtos alimentícios. Ressaltou, porém, que o Brasil já começou a exportar frangos para o país asiático e espera ampliar o mercado.

Na área política, a embaixadora indicada assinalou que a embaixada na Coreia do Sul poderá ser um bom “posto de observação” a respeito do desenvolvimento do programa nuclear da vizinha Coreia do Norte. Celina lembrou que o Brasil tem forte interesse na área de não-proliferação nuclear.

O presidente da CRE, senador Roberto Saturnino, anunciou que em breve será promovida uma audiência pública a respeito do crescimento econômico da Coreia do Sul. Por sua vez, Jefferson Péres (PDT-AM) destacou que a expansão econômica tem

sido acompanhada de crescimento da distribuição de renda no país.

Para estimular o debate sobre a possibilidade de reunificação das Coreias, Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu a realização de jogos da Seleção Brasileira de futebol nas capitais dos dois países da península.

Uruguai

A Comissão de Relações Exteriores aprovou também parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara 16/06, que autoriza o Executivo a doar ao Uruguai um helicóptero *Esquilo* da Marinha brasileira. Segundo o relator *ad hoc*, senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), o equipamento será utilizado para a capacitação da força naval uruguaia no emprego e na operação de aeronaves embarcadas.



Se Geisel fosse hoje presidente, daria uma resposta à altura, avalia Edison Lobão

Lobão: instabilidade boliviana fez Geisel rejeitar gasoduto

“Quando os bolivianos fecharem a válvula do gasoduto, o que eu faço? Mando o Exército abrir?” De acordo com o senador Edison Lobão (PFL-MA), com perguntas como essa, o ex-presidente Ernesto Geisel lutou de 1957, quando integrou o Conselho Nacional do Petróleo, até 1979, quando deixou a Presidência da República, contra a idéia do gasoduto Bolívia-Brasil.

– Está aí o resultado do gasoduto, com o presidente da Bolívia ameaçando o Brasil. Se Geisel fosse hoje presidente da República, daria uma resposta à altura – afirmou Lobão.



Sibá diz que iniciativa anunciada reduzirá a dependência brasileira do gás da Bolívia

Sibá apóia troca de gás por álcool em usinas térmicas

O senador Sibá Machado (PT-AC) defendeu a iniciativa anunciada pela Petrobras de trocar o gás natural por álcool nas usinas térmicas. A alternativa, que reduzirá a dependência do país em relação ao gás boliviano, já vem sendo testada pela estatal há alguns meses, com resultado positivo, assegurou.

Sibá lembrou que, na terça-feira, o ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, disse em audiência no Senado que é possível inclinar a curva de fornecimento de gás a partir de fontes do país. Ou seja, é possível antecipar planos e aumentar o suprimento internamente, assinalou o senador.



Governo está errando de alvo em seus programas, critica Alvaro Dias

Alvaro Dias: IBGE mostra erros dos programas sociais

O líder da Minoria, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), afirmou que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), divulgada na quarta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que existem “graves erros” nas políticas sociais do governo. O trabalho registra que, dos 18 milhões de famílias com algum nível de insegurança alimentar, só 5,3 milhões eram beneficiárias dos programas do governo em outubro de 2004, data da pesquisa.

O parlamentar acrescentou que, dos 8 milhões de famílias beneficiadas pelo Bolsa-Família e outros programas, 34% não tiveram dificuldades para conseguir alimentos nos três meses anteriores à data da pesquisa.

– Em outras palavras, o governo está errando de alvo em seus programas. Nem sempre quem passa fome recebe ajuda dos programas de transferência de renda. E um percentual expressivo de quem não precisa de ajuda está recebendo Bolsa Família – asseverou Alvaro Dias, ao informar que existem no país 12 milhões de pessoas que precisam de ajuda dos programas sociais, mas não são beneficiadas.

O senador destacou ainda uma constatação do Centro Internacional de Pobreza do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) sobre os programas de transferência de renda no Brasil. Conforme o órgão, programas como o Bolsa Família “são fortemente divulgados”, mas a mídia quase não menciona o BPC – Benefício de Prestação Continuada. Criado pela Constituição de 1988, o BPC contempla com um salário mínimo, via INSS, os que completam 65 anos e não têm condições econômicas para sua própria manutenção. Também têm direito ao BPC os portadores de deficiência. Para Alvaro Dias, o benefício é um dos mais importantes programas sociais, mas ele nunca é divulgado, pois não foi criado por um governo e, assim, “não rende votos”.

Comissão de Orçamento aprova alterações no PPA, para incluir nas metas o Fundeb e a expansão do ensino superior em quatro estados. Decisão final é do Plenário do Congresso

Plano Plurianual muda para se adaptar ao Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem projeto que promoveu alterações no Plano Plurianual (PPA) 2004/2007. A matéria, que agora vai a exame do Plenário do Congresso, visa compatibilizar o PPA com os gastos previstos no Orçamento para 2006, recentemente sancionado pelo presidente da República. Como em outros anos, a proposta orçamentária incluiu investimentos não programados no PPA, o que torna obrigatória a iniciativa das adaptações. Sem isso, como prevêem as regras orçamentárias, a execução dos novos gastos fica proibida.

Uma das alterações incluiu no PPA o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Profissional de Educação (Fundeb), objeto de proposição que ainda será examinada no Plenário do Senado. Depois, deve retornar à Câmara, porque recebeu emendas. Modificação ao PPA apresentada pelo relator, senador Sibá Machado (PT-AC), prevê R\$ 500 milhões para o Fundeb, neste ano, com igual volume para 2007.

Sibá ainda acolheu no substitutivo ao projeto (PL 41/05-



Ao lado de Merss, o relator Sibá Machado (E) prevê aprovação da matéria em Plenário

CN) indicação do Ministério da Educação para incluir sete novas ações no PPA destinadas a garantir a implantação de *campi* avançados, de universidades federais, no interior de quatro estados – dois no Ceará, dois na Paraíba, dois em Minas Gerais e um no Rio de Janeiro. Cada unidade tem orçamento estimado em R\$ 1 milhão. Com as mudanças, o PPA também sancionou gasto de R\$ 7,24 bilhões para compensar o impacto do salário mínimo sobre as contas da Previdência, depois da alteração do valor de R\$ 321 proposto pelo Executivo para R\$ 350 neste ano.

O atraso de quatro meses na

aprovação do Orçamento se refletiu no andamento da tramitação do PPA, prejudicada ainda pela falta de quórum para as votações na CMO nas últimas semanas. Sibá acredita que agora não há motivos para novos atrasos e que, em princípio, a proposta será aceita sem dificuldades no Plenário. Como o Orçamento aprovado indicou – com base nas avaliações do Comitê de Receitas – acréscimo de gastos de R\$ 15,5 bilhões em relação ao previsto pelo Executivo, neste ano, o substitutivo de Sibá incorporou ao período essa previsão. Para 2007, as novas receitas foram estimadas em R\$ 16,9 bilhões.

BC informará sobre “esqueleto” do Plano Real

Foi aprovado ontem pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) requerimento para que sejam requisitados ao Banco Central dados sobre a cobrança de correção de títulos públicos em processos movidos contra a instituição. Na justificativa da proposta, seu autor, senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), citou notícias veiculadas pela imprensa acerca do suposto “esqueleto” (passivo) existente, resultado da adoção do Plano Real, em 1994.

O parlamentar solicita que sejam informados à comissão, no seu interesse de acompanhar e fiscalizar o Orçamento da União, quantos processos têm como finalidade a recuperação de perdas decorrentes do Plano Real, relativos a títulos públicos, pagos com correção pelo IGP-II e não pelo IGP-M. Sérgio Guerra

quer ainda dados referentes ao valor histórico cobrado por meio desses processos.

Debates

Na mesma reunião, a CMO aprovou requerimento do deputado Gilmar Machado (PT-MG), presidente da comissão, para a realização de seminários destinados ao debate da proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do próximo ano. O PL 2/06-CN definirá as regras e prioridades de investimentos para a elaboração do Orçamento de 2007. Denominado “Seminários Regionais Abertos à Sociedade Civil”, o ciclo de debates vai começar na segunda-feira, em Uberlândia (MG). Na terça, a audiência será na própria CMO, na Câmara dos Deputados. Os eventos vão contar com a participação de organizações sociais

e associações que representam movimentos populares.

Também de iniciativa de Machado, um terceiro requerimento aprovado prevê audiência na comissão, na quinta-feira, com o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Adylson Motta. O objetivo é debater formas de colaboração mais estreita entre o órgão e a comissão, no sentido de tornar mais eficaz o acompanhamento e a fiscalização de obras com indícios de irregularidade e inacabadas, financiadas com recursos da União.

Machado falou ainda das decisões para cobrança mais rigorosa de presença nas reuniões da CMO, informando que três faltas seguidas ou seis alternadas motivarão pedido de substituição do parlamentar.

Borges teme manobra no exame da dívida rural

César Borges (PFL-BA) pediu aos senadores atenção a possíveis manobras do governo quando chegar ao Senado a Medida Provisória (MP) 285/05, aprovada na última quarta-feira na Câmara dos Deputados, na forma de projeto de lei de conversão (PLV). A MP trata da renegociação de dívidas de agricultores rurais contraídas com recursos do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE). O senador recordou que a MP substituiu o projeto de lei do Senado (PLS) 142/04, aprovado pelas duas casas do Congresso, mas vetado pelo presidente Lula.

César Borges alertou para a possibilidade de os líderes governistas apresentarem números falsos para renegociação das dívidas dos agricultores, com o único objetivo de derrubar o PLV, que será agora analisado pelo Senado. Ele disse ainda que cobrará do presidente da Casa, Renan Calheiros, a votação do veto do presidente da República ao PLS 142/04.

O representante da Bahia lamentou o fato de o presidente, mesmo tendo nascido no Nordeste, desconsiderar as necessidades dos produtores nordestinos e já ter até aventado a possibilidade de acolher pleitos similares de outras regiões antes de atender os do Nordeste.

Em aparte, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) criticou o presidente do Senado por não ter colocado em apreciação o veto presidencial ao PLS 142/04.

Segurança

O parlamentar leu em Plenário trecho do programa do PT em 2002 relativo a segurança pública, no qual o partido apresentava propostas de mudanças, com a qualificação dos profissionais da área, reformas do sistema penitenciário e da legislação penal, e com estratégias definidas de combate ao crime organizado. Apesar das promessas, constatou César Borges, a população brasileira vive hoje uma situação de total insegurança.



César Borges cobra decisão sobre o veto a projeto aprovado pelo Senado